

# A saúde do DF está em coma

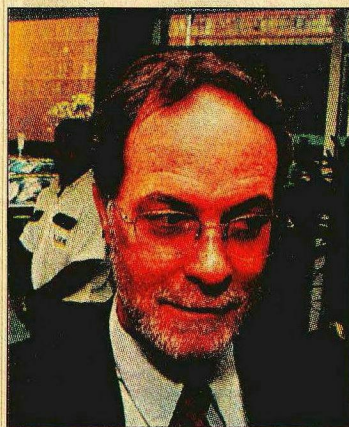
Diagnóstico do Ministério da Saúde: há má gestão de recursos e faltam remédios

LARISSA GUIMARÃES  
REPÓRTER DO JB

O Ministério da Saúde detectou graves irregularidades na Secretaria de Saúde do Distrito Federal, durante a auditoria feita entre os dias 25 e 29 de novembro. O relatório entregue ontem pelos auditores ao ministro da Saúde, Barjas Negri, aponta má gestão de recursos financeiros e a falta de medicamentos básicos e material hospitalar em unidades de saúde.

A auditoria também confirmou que todas as irregularidades não aconteceram por insuficiência ou atraso nos repasses de recursos do MS para o GDF, como havia declarado o ex-secretário de Saúde Aluísio Toscano, há duas semanas. A inspeção na Secretaria de Saúde do DF foi pedida pelo próprio ministro Barjas Negri, logo depois que a estudante Valdirene Rocha Santos morreu de câncer no estômago por falta de medicamentos.

Segundo os auditores, 60% das compras de medicamentos foram feitas sem licitação. Alguns remédios e materiais hospitalares chegaram a ser comprados por valores 374% mais altos que os determinados pelo MS. Os técnicos do MS também constataram que não existe controle de autorizações de procedimentos ambulatoriais e médico, até mesmo em casos de maior complexidade. Essas

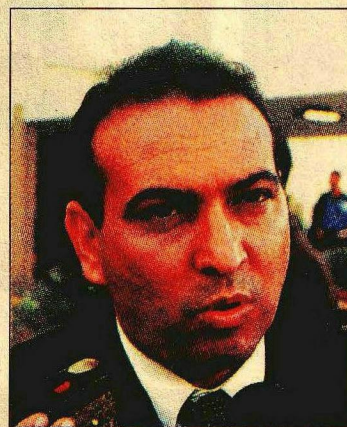


**Sessenta por cento das compras de medicamentos foram feitas sem licitação**

BARJAS NEGRI

autorizações deveriam ser emitidas e depois pagas pelo GDF. O Ministério também fez recomendações e propôs providências imediatas para o novo secretário de Saúde, Arnaldo Bernardino, empossado há apenas duas semanas. O relatório da auditoria foi encaminhado ontem mesmo ao subprocurador-geral da República José Roberto Santoro, para que seja dado um parecer. Santoro foi designado ontem para comandar as investigações sobre o escândalo de grilagem de terras.

O secretário disse que os resultados do relatório já eram de alguma forma esperados. Mas também acrescentou que aguardava a conclusão da auditoria do Ministério com "ansiedade".



**O gerenciamento de todo DF é de responsabilidade do governador**

BERNARDINO

— É bom para uma gestão que iniciou há apenas duas semanas uma auditoria como essa. Assim, podemos corrigir algumas posturas — enfatizou Bernardino.

Ele prometeu cumprir todas as recomendações do MS. Mas disse que deverá viabilizar este ano apenas as ações de resultado à curto prazo. Já em relação aos possíveis transtornos que a divulgação desse relatório poderia trazer ao governo Roriz, Bernardino declarou:

— A responsabilidade de gerenciamento de todo DF é de responsabilidade do governador. Porém é preciso deixar claro que cabe à secretaria prestar contas de sua gestão.

Outro ponto importante,

destacado no relatório, é a falta de medicamentos. Todo tipo de remédio monitorado não está disponível: anestésico, pré-anestésico e antibióticos. Os estoques de medicamentos classificados como excepcionais, de alto custo, estão muito abaixo do recomendado pelo MS. Dos 102 medicamentos que deveriam estar disponíveis nos hospitais, havia apenas 21 itens.

Mas a situação não se restringe apenas aos medicamentos de uso controlado. De 87 remédios de atenção básica, não havia estoque de 38 itens. Outros 20 remédios do programa de Saúde Mental faltavam da lista básica de 28 itens. Até reagentes para teste de HIV não estavam disponíveis.

A forma como eram movimentados os recursos dos programas de atenção básica e de média e alta complexidade também não estava de acordo com as recomendações do Ministério da Saúde. Todo o dinheiro era movimentado em uma conta única. Por causa dessa falha, a equipe de auditoria não conseguiu identificar se os recursos foram realmente utilizados corretamente, encontrando somente R\$ 24,3 mil na conta.

Agora, o Ministério da Saúde estenderá a auditoria a todas as unidades de Saúde do DF.

larissag@jb.com.br

## Problemas no setor apareceram em 2001

Primeira crise foi no Hospital de Base

A crise na área de saúde do Distrito Federal começou a se delinear no ano passado e foi dos principais temas no período eleitoral. Em setembro de 2001 já se detectavam problemas na principal instituição da rede pública, o Hospital de Base de Brasília (HBDF). O tempo mínimo de internação na cardiologia do HBDF, por exemplo, era de 30 dias. Nessa época, o período dobrou para 60 dias.

A falta de condições de trabalho fez com que os médicos do Hospital de Base suspendessem cirurgias pediátricas em outubro de 2001. Desde julho deste ano, os cirurgões do HBDF só operam emergências. Faltam remédios de toda ordem, desde os básicos aos controlados. Vários equipamentos funcionam de forma precária, como as máquinas que mantêm o coração bombeando sangue durante cirurgias. Esse quadro caótico foi descrito pelo próprios médicos do hospital em memorandos enviados à direção do HBDF.

No último dia 20, o ministro da Saúde Barjas Negri determinou uma auditoria para verificar denúncias de superfaturamento na com-

pra de remédios e atraso na entrega de medicamentos e materiais hospitalares. O pedido de inspeção na Secretarias de Saúde foi feito dias depois de a estudante Valdirene dos Santos ter morrido com câncer no estômago por falta de medicação.

Negri garantiu que o repasse de R\$ 700 mil para a compra de medicamentos excepcionais (de alto custo) tem sido feito regularmente. E que outros R\$ 15 milhões haviam sido liberados pelo governo federal, caso faltassem medicamentos de alta complexidade.

A equipe de auditoria do Ministério da Saúde acabou recorrendo a técnicos dos tribunais de Contas da União (TCU) e do DF (TCDF). Denúncias de irregularidades como desvio de verbas e superfaturamento na compra de remédios vinham sendo analisados pelos dois órgãos desde o início do ano.

Só depois de eleito e diante da auditoria do Ministério da Saúde, o governador Joaquim Roriz decidiu reconhecer que faltavam remédios e que os hospitais do DF precisavam de ajuda. O governador chegou a classificar o quadro da Saúde em Brasília como "crítica".

**A auditoria foi feita em quatro dias por determinação do ministro**